
HARVEY, David
Condição pós-moderna
São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

Ancelmo Pereira de Oliveira*

Atualmente, a categoria pós-modernidade incorporou-se ao vocabulário de muitas pessoas que lhe atribuem diferentes sentidos. O termo nasce sob o prisma da crítica. Muitos intelectuais reagiram com animosidade à proposição epistemológica contida no espectro categorial do termo.

Os apologistas da pós-modernidade, pouco a pouco, foram encontrando mecanismos de persuasão ideológica e metodológica a ponto de termos, hoje, um considerável séquito de indivíduos seduzido pelo substrato diretivo presente nessa nova percepção de mundo, amplamente alocada no meio acadêmico. Não obstante, a pós-modernidade, com tudo o que ela representa e sugere no nível das construções teóricas e práticas, ainda encontra resistências significativas, sobretudo por parte dos intelectuais, cujo arcabouço teórico teve seu nascedouro nos fundamentos sistêmicos da modernidade.

Essas duas posturas soam para anos como um convite sugestivo a retomarmos, em forma de análise, o significativo trabalho intelectual de David Harvey, intitulado: “Condição Pós-moderna”. Seguramente, constitui uma obra alocada entre os primeiros grandes clássicos a discutir esse tema.

Tendo em vista a forma sistemática e didática com que o tema em questão é abordado, vale a pena resgatar os pressupostos dessa obra que servem como referência para quem deseja lançar sobre nosso tempo um olhar interpretativo.

A obra é organizada em quatro capítulos. Neles, o autor leva o leitor a um caminho reflexivo sobre o conjunto de situações construídas no espaço e tempo do homem contemporâneo, com resultados efetivos em suas ações cotidianas, movimentadas por uma nova dinâmica da ordem financeira.

*Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc); Especialista em História do Brasil pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Rua Getúlio Vargas, n. 2125, Bairro Flor da Serra; CEP 89600-000; Joaçaba, SC; ancelmo.oliveira@unoesc.edu.br

O primeiro ponto reflexivo do autor é a “Modernidade e o modernismo”. Nesse campo, Harvey procura mostrar o que representa a modernidade e o modernismo, no campo da arte. Ao contrário das categorias atribuídas à modernidade dos iluministas, ainda defendida por Habermas, Harvey a descreve, num primeiro plano, na ótica de Baudelaire, que identifica a modernidade da arte no campo do contingente, o transitório e o fugidío, o que nos remete à mudança. Por isso, a modernidade artística move-se no “[...] implacável mundo da ruptura com todas e quaisquer condição histórica precedente, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes.” (p. 22).

A condição de ruptura leva-nos a outro ponto figurado o qual Harvey chama de “[...] imagem nietzschiana da destruição criativa e da criação destrutiva [...]” (p. 26), cujo paradoxo pode ser usado para analisar e associar o processo de desenvolvimento capitalista que leva essa realidade a um campo de luta, em que a criação da arte busca um espaço singular num mercado altamente competitivo e global.

O modernismo, que se antecipa à Primeira Guerra Mundial, coloca-se no espaço da reação ao modelo de produção que se estruturava, atribuindo novas estruturas relacionais e comunicacionais, que cria e desprofissionaliza algumas categorias produtivas na sociedade, alterando a ordem relacional com a produção da subsistência.

No novo modelo produtivo, protagonizado pela dinâmica econômica, fundada em uma ordem produtiva e por um grau de tensão, que até então nunca se havia percebido, passa a constituir um cenário importante até ser cooptado pelo dinamismo da positividade, transformando-se em um modernismo “[...] positivista, tecnocêntrico e racionalista [...]” (p. 42), muito distante de sua conotação originária e aliado à oficialidade.

Ao perder seu caráter revolucionário, por alinhar-se nas prerrogativas da ideologia oficial, o modernismo deixa de ser atrativo e permanece em um campo social reacionário, gerando um contraponto, que foram os movimentos contraculturais e antimodernistas dos anos 60, totalmente antagônicos à tecnoburocracia, que passaram a estruturar o que Harvey denominou de pós-modernismo.

O pós-modernismo surge de forma interessante como reação ao conservadorismo artístico cooptado pela oficialidade. No entanto, seu surgimento não deixa de suscitar algumas perguntas. Nesse sentido, Harvey faz uma importante indagação: “O pós-modernismo, por exemplo, representa uma ruptura radical com

o modernismo ou é apenas uma revolta no interior deste último contra certa forma de alto modernismo representada, digamos, na arquitetura de Mies Van der Rohe e na superfície vazia da pintura expressionista abstrata minimalista?” (p. 47).

Visando dirimir essa dúvida, Harvey propõe o que cognominou de diferença esquemática entre modernismo e pós-modernismo. Como exemplo, podemos citar o “[...] romantismo/simbolismo do modernismo, substituído pelo binômio parafísica/dadaísmo do pós-modernismo, ou então a determinação e a transcendência do modernismo substituído pela indeterminação e imanência [...]” (p. 48), propalada pelo pós-modernismo.

Nessa nova configuração, Harvey não deixa de observar com espanto que o pós-modernismo aceita com facilidade absoluta alguns valores a que nos referíamos na modernidade, como o efêmero, o fragmentário, o descontínuo o caótico, contidos na proposição Baudelineriana.

Lembra Harvey que duas figuras ajudam na construção de posturas críticas ao pós-modernismo. Trata-se de Foucault e Lyotard. O primeiro, em sua fase pós-estruturalista, inspira vários movimentos sociais, sobretudo os compreendidos como minorias a construir lutas de resistências à nova forma do capitalismo. O segundo investe no processo de linguagem, assegurando a cada um recorrer a diferentes conjuntos de códigos simbólicos, com a capacidade de flexibilizar a comunicação, o que não era admitido na modernidade, bem mais regida no que diz respeito à linguagem.

No campo da linguagem, Harvey nos faz pensar na possibilidade em uma proposição de linguagem comunicativa em que “A vida comunicativa é, pois, vista como uma série de textos em intersecção com outros textos produzindo mais textos [...]” (p. 53). Em outras palavras, isso nos conduz a uma vivência de um mundo polissêmico, polifônico e poligráfico, com múltiplas imagens que podem ser vistas sob a ótica de “[...] uma ilusão estereoscópica, uma sucessão de imagens filmicas sem densidade [...]” (p. 57).

A falta de densidade está presumida no que Harvey denomina a busca humana pelo impacto instantâneo. Seguramente, não há como coexistir processos de profundidade, com ações culturais que visam ao mercado, à plasticidade, ao aparente, ao espetáculo, provocando, dessa forma, “[...] colapsos dos horizontes temporais [...]” (p. 61).

Se do ponto de vista político e cultural, o pós-modernismo inspirou muitas críticas, isso não ocorre na descrição de Harvey, no que concerne à arquitetura e ao

projeto urbano. Nesse particular, salienta o autor que, de fato, houve uma ruptura com a idéia trazida pela modernidade de que o planejamento e o desenvolvimento devem se concentrar em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano.

O pós-modernismo, nesse campo, constitui um avanço por trazer uma nova concepção de sociedade incluída na categoria de “tecido social urbano”, que mistura formas dentro de uma visão fragmentária. O espaço, nesse sentido, deixa de ser visto como algo a ser moldado para ser entendido como um espaço com objetivos compostos de princípios estéticos que se sobrepõem a proposições sociais.

O pós-modernismo procura de todas as formas, dentro da proposição de urbanismo, descobrir maneiras de manifestar uma estética da diversidade, o que de outro lado pode resultar em problemas, pois os grupos urbanos apresentam, também, diferentes “[...] culturas de gosto [...]” (p. 78). Isso, muitas vezes, unifica tendências de mercado em virtude das exigências que surgem, dando margem ao fortalecimento daquilo que Bordieu chama de “[...] capitalismo simbólico [...]” (p. 80), explorador da subjetividade dinâmica presente no gosto das pessoas.

Onde poderíamos encontrar uma inspiração interpretativa do que acabamos de apresentar? Harvey faz isso buscando argumentos no pensamento de Marx, que pode oferecer uma significativa interpretação da modernidade.

Por intermédio de “o capital”, Marx propõe que é possível entender o poder do dinheiro em ofuscar os processos relacionais; isso porque o dinheiro passou a mostrar-se cada vez mais como um poder exterior aos produtos e independente deles. Por isso, cria crises de alteridade no interior das comunidades em torno das quais o homem se movimenta.

Um exemplo forte da exteriorização da produção humana no dinheiro é visível quando “[...] propaganda e a comercialização destroem todos os vestígios da produção em suas imagens, reforçando o fetichismo que surge automaticamente no curso da troca no mercado [...]” (p. 99) e promovem a individualidade, a alienação, a fragmentação, a efemeridade, interferindo na inovação, e a destruição criativa, ao induzir o desenvolvimento especulativo e, conseqüentemente, mudanças na experiência do espaço e do tempo.

Esse quadro leva-nos a perguntar se existe algum valor no pós-modernismo. Quando trata do chamado “PÓS-modernISMO ou pós-MODERNismo”, Harvey diz que sim, usando Huyssens que reconhece seu valor por evidenciar “[...] as múltiplas formas de alteridade que emergem das diferenças de subjetivi-

dades, de gênero e de sexualidade, raça, de classe e detalhes [...]” (p. 100). Contudo, alerta o autor que é necessário ter cuidado, pois essa postura vem dentro de uma retórica perigosa que prefere optar pela não-dialética, evitando o conflito.

No segundo capítulo, intitulado “A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX” (p. 109), o autor salienta que a profundidade dessas mudanças econômicas ocorridas no capitalismo coloca-nos diante de novos processos de trabalhos, novos hábitos de consumo e novas configurações geográficas.

A alteração significativa nesse campo de abordagem pode ser percebida no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política associada ao regime de acumulação. O autor, ao observar as mudanças políticas que ocorreram, leva-nos a passar de um sistema fordista para o que ele chama de “regime de acumulação flexível.”

Comenta o autor que “[...] o modo como o sistema fordista se estabeleceu constitui, com efeito, uma longa e complicada história que se estende por quase meio século [...]” (p. 122) e que, no entanto, com o Keynesianismo, perde-se a capacidade de responder com eficiência às demandas provenientes das grandes contradições geradas no seio do capitalismo, em função do que Harvey chama de rigidez, que envolve a relação com os trabalhadores e com o Estado.

Dessa forma, percebemos o nascimento de um novo modelo que Harvey denomina “acumulação flexível”, que pode ser traduzido como uma reação direta à rigidez do fordismo. Com esse modelo, há uma alteração significativa na relação de poder nas instituições. Os empregadores passam a exercer pressões mais fortes de controle de toda a força de trabalho, mostrando que “[...] as transformações da estrutura do mercado de trabalho tiveram como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial [...]” (p. 145).

Uma mudança importante nesse novo paradigma pode ser vista no fato de que as economias de escala, como diz Harvey, praticadas na produção fordista de massa, foram substituídas por um novo processo, no qual há uma crescente capacidade de processamento de bens e “[...] preços baixos em pequenos lotes [...]” (p. 148).

Sem dúvida, a acumulação flexível reconfigura a tensão imbricada na lógica do capital que coloca em evidência, porém sob novas bases, questões como o monopólio e a competição, centralização e descentralização do poder econômico, que representam pontos fundamentais para a dinâmica do capital como um todo.

Tudo isso nos leva a entender que “[...] a estrutura desse sistema financeiro global alcançou tal grau de complexidade que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas.” (p. 152). Particularmente, gera novas condições de mercado e de prestação de serviços financeiros em todas as partes do planeta, levando-nos a observar de forma incontestável algumas mudanças de poder na economia e na política global.

Trata-se de um momento ímpar porque, com o aumento da competição em escala mundial, um novo processo vai se ordenando na gestão dos estados que passam a adotar posturas que denotam um empreendedorismo até então não percebido.

Ao construir um aporte reflexivo sobre a transição do fordismo para a acumulação flexível, o autor salienta algumas dificuldades decorrentes desse processo. Afirma que existe a possibilidade das novas tecnologias reconstituírem as relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases econômicas, sociais e geográficas diferentes das que conhecemos. Em contrapartida, a idéia de flexibilidade pode traduzir em seu sentido prático um processo legitimador de um conjunto de práticas políticas e organizacionais nem sempre favoráveis à criação da equidade.

No terceiro capítulo: “A experiência do espaço e do tempo” (p. 185), Harvey faz uma bela reflexão sobre o espaço e o tempo, como categorias fundamentais da existência humana que, no entanto, raramente discutimos. Afirma o autor que essas duas categorias se entrecruzam no entendimento das pessoas e, por isso, são protagonistas de vários conflitos. Ainda nesse capítulo, o autor traz um conjunto de argumentos embutidos no binômio “compressão espaço-temporal”, no qual ele analisa os efeitos da acumulação flexível do capital, ou seja, da fragmentação da dispersão da produção, com impactos no campo da hegemonia do uso da mão-de-obra que se torna cada dia mais obsoleta, em virtude do grande aparato tecnológico que surge cotidianamente, acelerando o temido desemprego estrutural.

Em nenhum momento da história humana, percebemos algo igual. A essa mudança Harvey denomina “compressão espaço-temporal”, composta pela fragmentação e dispersão espacial e temporal que suprimem diferenças, fronteiras.

Vista assim, a condição pós-moderna gerou, segundo Harvey, “Espaços e tempos individuais na vida social [...]” (p. 196), nos quais contemplam as sutilezas e as complexidades que implicam em processos de reprodução e de transformação das relações sociais.

Os espaços e tempos individuais esbarram em outra realidade fundamental apresentada por Harvey sob a ótica do tempo e espaço como fontes de poder social.

São duas unidades de poder: uma opera no micro; outra, no macro, ficando evidente que “[...] a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social.” (p. 207).

No campo efetivo da produção econômica, essa realidade tem um impacto significativo, uma vez que as tentativas organizacionais de acelerar os processos produtivos trazem algumas das mais significativas lutas entre os trabalhadores e a administração organizacional.

Essa disputa não acontece unicamente entre quem tem ou não a hegemonia do capital. Como diz Harvey, “[...] o domínio das redes e espaços de mercado permanece sendo um alvo corporativo fundamental, e muitas batalhas amargas por uma parcela de mercado são lutas com a precisão de uma campanha militar para ocupar território e espaço.” (p. 213).

Harvey argumenta que “[...] a experiência da compreensão do tempo-espaço é um desafio, um estímulo, uma tensão e, às vezes, uma profunda perturbação, capaz de provocar, por isso mesmo, uma diversidade de reações sociais, culturais e políticas [...]” (p. 219). Basta que construíssemos uma análise do que ele chama de “o tempo e o espaço do projeto iluminista”, usado para dar ciência de como nasceu na Europa a relação do sujeito com a realidade temporal e espacial, que desemboca na leitura que Harvey constrói sobre a “Compreensão do tempo-espaço e a ascensão do modernismo como força cultural [...]” (p. 235), na qual fica evidente a nova configuração do espaço europeu que “[...] cada vez mais unificado precisamente por causa do internacionalismo do poder do dinheiro [...]” (p. 238).

No contexto que prefigurava essa nova dinâmica, acentua Harvey que o triunfo das “[...] estetizações da política e do poder do capital-dinheiro [...]” (p. 256) passou a influir de forma avassaladora em todas as formas de práticas culturais.

É nas novas formas organizacionais, provocadas pela acumulação flexível, esta dinamizada pela implantação de novas formas organizacionais e tecnológicas, que se consolida a “Compreensão do tempo-espaço e a condição pós-moderna [...]” (p. 257), em que no acelerar do tempo produtivo e do consumo, nascem, também, novos valores e virtudes embalados pela instantaneidade, fazendo surgir uma “[...] sociedade de descarte (p. 258). É um contexto que localmente incorpora a troca global de mercadoria e novos padrões culturais como o que ocorre no “[...] tempo e o espaço no cinema pós-moderno [...]” (p. 276) analisado por Harvey.

Quando discute a pós-modernidade como condição histórica, Harvey deixa evidente que “[...] as práticas estéticas e culturais têm particular suscetibilidade à experiência cambiante do espaço e do tempo exatamente por envolverem a construção de representações e artefatos espaciais a partir do fluxo da experiência humana.” (p. 293). O entendimento do autor vem seguido de uma indagação substancial, ou seja, esse novo processo é patológico ou pressagioso de uma revolução profunda?

Na realidade, as duas coisas são perceptíveis. Não há como negar as profundas transformações advindas dessa nova forma de relação entre o indivíduo e o espaço/tempo. Os avanços tecnológicos trouxeram conforto e bem-estar, porém a patologia está no fato de que os benefícios dessas mudanças não se universalizaram. Na verdade, fica mais evidente a universalização do desconforto social, mantido pela relação desequilibrada do homem com o capital, numa “[...] retórica que justifica a falta de moradias, o desemprego, o empobrecimento crescente, a perda de poder etc.” (p. 301).

Todas essas realidades decorrem na visão de Harvey, da lógica transformativa e especulativa do capital visto como “[...] um processo de produção da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas.” (p. 307).

A transposição dessa situação para o campo da cultura nos projeta para um contexto no qual “[...] a política da massa cultural é, contudo, importante, visto estar ela no negócio da definição da ordem simbólica por meio da produção de imagens para todos, [...]” (p. 312), redirecionando os sonhos e as aspirações das massas populares.

Num espaço frenético e inebriado por imagens, é possível verificar o surgimento de algum tipo de resposta a essa situação. Ao tratar das “Respostas à compressão do tempo-espaço [...]” (p. 315), Harvey propõe que existem várias situações de reação.

No destaque do autor, “[...] a primeira linha de defesa é a fuga para um tipo de silêncio exaurido, *blasé* ou encouraçado, e inclinar-se diante do sentido avassalador de quão vasto, intratável e fora do controle individual e mesmo coletivo tudo é [...]” (p. 316).

De forma distinta, há quem prefira o caminho da negação voluntariosa da complexidade do mundo, simplificando toda a complexidade em posturas dogmáticas e alienantes.

Há um terceiro quadro de reação mencionado por Harvey denominado: “Ângulo progressista do pós-modernismo”, que “[...] acentua a comunidade e a localidade, as resistências locais e regionais, os movimentos sociais, o respeito pela alteridade, etc. [...]” (p. 315) como forma de transcendência a essa realidade.

Em outro plano, há quem apresente uma reação centrada na construção de uma linguagem seguida de imagens, com o poder de estar diante dessa situação, a exemplo do que propuseram Baudrillard e Virílio, no entendimento de Harvey. Por essa razão, afirma que os dois “[...] parecem diabolicamente inclinados a fundir-se com a compreensão do tempo-espaço e a reproduzi-la em sua própria retórica extravagante [...]” (p. 316), que pode constituir uma reação panfletária sem eficácia diante da emblemática engrenagem que movimenta a ordem espaço-temporal em análise.

Finalmente, uma reação prevista saiu dos representantes neomarxistas, uma vez que neles reside a fonte de um pensamento antiautoritário. O significado dessa reação mostrou que “[...] a nova esquerda preocupava-se com a luta para libertar-se das algemas duais da política da velha esquerda, particularmente em sua representação por partidos comunistas tradicionais e pelo marxismo ‘ortodoxo’, e dos poderes repressivos do capital corporativo e das instituições burocratizadas [...]” (p. 320).

Sem dúvida, essa forma de reação apresentada por Harvey nos leva a entender os descaminhos seguidos pelas ações de vários grupos sociais que perderam a objetividade e, conseqüentemente, o poder de capitanear as demandas mais prementes dos maiores afetados por essa nova ordem.

No entanto, Harvey admite que, no recompor de seus postulados, o pensamento materialista reordena sua percepção/reação à condição pós-moderna, na qual “[...] podemos começar a compreender a pós-modernidade como condição histórico-geográfica. Com essa base crítica, torna-se possível lançar um olhar contra-ataque da narrativa contra a imagem, da ética contra a estética e de um projeto de Vir-a-Ser em vez de Ser, buscando a unidade no interior da diferença [...]” (p. 325), com impacto nas transformações culturais e na ordem produtiva.

A obra de Harvey, em seu término, deixa um grande vazio para quem lê. Inúmeras perguntas emergem das proposições que o autor fez muito mais em forma de crítica e análise do que de proposições com ordenamentos práticos. Isso aumenta nossa inquietação acerca do futuro da humanidade.

Não podemos verificar em suas diretivas qual o melhor contraponto às práticas carregadas pelo capital que se mostra como a única e a maneira mais eficiente de mediar as relações entre os homens.

Mais do que nunca, essa leitura das transformações político-econômicas do capital proposta por Harvey conclama-nos a um ato de lucidez teórica. Tal ato exige o esforço de todos para que construamos novas formas de utilização das riquezas e recursos advindos dessa nova ordem espaço-temporal. E, ainda, que todo o empenho se direcione à geração de riqueza, mas não sem antes criar uma força unitária de transposição à assustadora crise civilizatória em que nos encontramos.